



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(dos Srs. Vanderlei Macris e Duarte Nogueira)

Requerem que seja convocado o Senhor **Fernando Haddad**, Ministro da Educação, para expor acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional com relação à contratação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) vinculado à Universidade de Brasília (UnB) para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2011 por valor de três vezes superior ao que foi gasto no último ENEM, sem observância da Lei de Licitações, cujo ato foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., com base no art. 50, § 1º da Constituição Federal, combinado com o art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar o Senhor Fernando Haddad, Ministro da Educação, para expor acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional acerca da contratação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE) vinculado à Universidade de Brasília, para realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo valor de três vezes superior ao que foi gasto no último ENEM, sem observância da Lei de Licitações, cujo ato foi suspenso pelo Tribunal de Contas da União (TCU) até que o Ministério da educação (MEC) se manifeste sobre o assunto.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias recentemente publicadas pela imprensa nacional dão conta de mais sucessão de problemas na operacionalização do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) 2011, com decisões polêmicas do Ministério da Educação (MEC) e do Ministro Fernando Haddad.

Desde 2009, o que se vê é uma sucessão de problemas e decisões administrativas que não apontam para uma melhoria e solução dos problemas apontados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A última versão destes fatos foi a contratação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE), vinculado à Universidade de Brasília, transformado em empresa pública pelo MEC, sem licitação, para aplicar o ENEM de 2011, a um custo de R\$ 372,5 milhões. Valor este três vezes superior ao que foi gasto pelo MEC no último ENEM, que custou 128,5 milhões.

A diferença é tão grande que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão do pagamento, até que o MEC se manifeste sobre a adequação dos valores. A controladoria do TCU já havia advertido as autoridades educacionais para que não voltassem a recorrer a subterfúgios legais para autorizar a dispensa de licitação.

Segundo Editorial do Jornal O Estado de São Paulo, de 21 de agosto de 2011, na íntegra:

“Novas confusões com o Enem

A sucessão de trapalhadas com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) continua sendo a demonstração mais exemplar da inépcia administrativa que tomou conta do Ministério da Educação (MEC), na gestão do ministro Fernando Haddad.

Em 2009, o vazamento das questões obrigou o órgão a adiar a prova, o que acarretou prejuízo para os cofres públicos e prejudicou o cronograma de muitas instituições universitárias, uma vez que os resultados do Enem contam pontos para os vestibulares. Na edição de 2010, houve problemas com a licitação para a escolha da gráfica, 21 mil cadernos de perguntas e o cabeçalho da folha de respostas foram impressos com erros, o sistema de informática do MEC não foi planejado para atender o número de candidatos inscritos e a Justiça chegou a conceder liminares cancelando o exame, o que obrigou o governo a recorrer às pressas ao Tribunal Regional Federal, para não adiá-lo.

Este ano, procurando evitar problemas judiciais com a licitação dos órgãos encarregados de preparar e aplicar o Enem, o MEC propôs a transformação do Centro de Seleção e Promoção de Eventos (Cespe), vinculado à Universidade de Brasília, em empresa pública e decidiu contratá-lo, sem licitação, para aplicar o próximo teste. O Cespe foi criado para preparar os vestibulares da UnB e, com o tempo, passou a implementar projetos de avaliação educacional e a promover concursos para carreiras da administração pública.

Para as autoridades educacionais, a transformação do Cespe no Centro Brasileiro de Seleção e de Promoção de Eventos - uma espécie de "Concursosbrás"- evitaria a realização de licitações e a escolha de empresas sem experiência em matéria de avaliação de ensino. Para firmar o acordo com o MEC, a UnB pediu que o Cespe continuasse gozando de imunidade tributária, mesmo sendo convertido em empresa estatal. O pedido foi aceito, o acordo foi firmado, as providências jurídicas e legislativas foram tomadas e, como estava planejado, o Cespe - em consórcio com a Cesgranrio - foi contratado sem licitação para preparar o Enem de 2011, a um custo de R\$ 372,5 milhões.

Esse valor é três vezes superior ao que foi gasto pelo MEC no último Enem, que custou R\$ 128,5 milhões. A diferença é tão grande que o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão do pagamento, até que o órgão se manifeste sobre a "adequação dos valores". O MEC alegou que a elevação dos gastos com o Enem se deve ao fato de que o teste passará a ser realizado duas vezes por ano. Mesmo assim, o relator, ministro José Jorge, considerou o aumento injustificável. Ele também criticou as manobras jurídicas do MEC para justificar a contratação do Cespe sem licitação e lembrou que a controladoria do TCU já havia advertido as autoridades educacionais para que não voltassem a recorrer a "subterfúgios legais" para autorizar a dispensa de licitação. Em resposta, Haddad afirmou que os gastos do Enem equivalem "à metade do custo de qualquer vestibular", que só o consórcio Cespe/Cesgranrio está apto a preparar o exame e que espera de Jorge uma "abertura ao diálogo".

Na realidade, o problema não é de falta de diálogo entre os dois ministros, mas da pretensão do MEC de agir ao arrepio da lei e de tentar, por vias indiretas, abrir caminho para a estatização do setor de preparação de concursos. Afinal, gozando das vantagens das empresas estatais, com o privilégio de preferência na venda de serviços ao MEC, e dos benefícios tributários de uma fundação educacional, a "Concursosbrás" pode açambarcar o mercado, pondo fim à concorrência entre as fundações surgidas nos meios universitários e que atuam na mesma área do Cespe.

Quando os planos para o próximo Enem foram anunciados, há alguns meses, especialistas alegaram que o MEC estaria mais uma vez cometendo trapalhadas administrativas, acabando com o que ainda resta de credibilidade dos mecanismos de avaliação. A suspensão do pagamento do contrato do Cespe, determinada pelo TCU, mostra a procedência das críticas."

Diante dos fatos, é de fundamental importância que o Ministro de Educação, Senhor Fernando Haddad, venha a esta Comissão, com a urgência que os fatos requerem, para esclarecer sobre as medidas administrativas que estão sendo tomadas pelo MEC para cumprir as determinações apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2011.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP